

REQUERIMENTO

ASSUNTO: AS DANÇAS E BAILINHOS DO CARNAVAL DA ILHA TERCEIRA E A POLÍTICA CULTURAL DO GOVERNO REGIONAL

Para mal dos Açores, lamentavelmente, o que se verifica com o Governo Regional no âmbito da política cultural, evidencia falta de estratégia, de rumo, de coerência e compromisso políticos.

A associar-se a esta fragilidade e incapacidade na acção governativa no âmbito da política cultural, há algo que é ainda mais grave, que é a falta de sensibilidade e compreensão por aquilo que nos é mais identitário, que nos distingue dos outros, que tem raízes ancestrais, que caracteriza e identifica a nossa matriz, que é, noutras palavras, a cultura, que deve ser respeitada e apoiada, como vector essencial para a sustentação da identidade de um povo.

A tomada de posição política por parte da Secretaria Regional de Educação e Cultura, transmitida às instituições e agentes culturais, da recusa inicial em atribuir subsídios às danças e bailinhos de Carnaval da Ilha Terceira, configura uma desorientação estratégica e uma incoerência da política cultural deste Governo Regional.

A falta de estratégia é tão mais grave quando, perante as críticas e queixas dos agentes culturais que levaram a imprensa a torná-las públicas e a associar-se no rol crítico, perante os votos de protesto apresentados no passado dia 13, pelo PSD, nas Assembleias Municipais de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, aprovados por maioria com votos também de Deputados Municipais do PS, o Governo Regional viu-se obrigado a anular a recusa, ou seja, no espaço de uma semana, duas orientações e decisões políticas contrárias foram tomadas, sobre a mesma matéria, pelo mesmo Secretário Regional.

Muito recentemente, a Assembleia de Freguesia da Vila das Lajes, aprovou também um voto de protesto com o apoio de membros eleitos pelo PS.

Apoios na perspectiva de subsídios, ou seja, a comparticipação de parte das despesas de uma manifestação cultural, sendo as restantes, que é a maior fatia, asseguradas pelos agentes culturais, é algo normal numa sociedade democrática e co-responsável.

A preservação da cultura, em quaisquer que sejam os seus vectores, o fomento da actividade cultural, o apoio e cooperação com as instituições culturais nas suas realizações e manifestações são também

responsabilidades inequívocas do poder político e das entidades competentes.

O Carnaval representa para a Ilha Terceira não só três dias de divertimento e festa, mas essencialmente, uma autêntica manifestação cultural, muito peculiar e específica, perfeitamente enraizada na cultura popular já secular, que foi entusiasmando e envolvendo as populações, até as elites intelectuais, alargando-se do espaço rural ao urbano e que congrega várias vertentes da actividade cultural: o teatro, a dança, a música, a coreografia, entre outras.

Desde a concepção dos enredos, à elaboração das composições musicais, da escolha dos personagens e dos dançarinos, aos executantes dos instrumentos de sopro, de cordas e de percussão, tudo constitui um todo dumamanifestação cultural que não tem paralelo na Região e no País e singulariza a expressão da cultura popular terceirense.

Por isso, as Associações Culturais, as Sociedades Recreativo-Culturais, as Casas do Povo e outras entidades, promotores e participantes de danças e bailinhos de Carnaval, candidatas a subsídios da Direcção Regional da Cultura, nos termos da legislação em vigor, ficaram chocadas pelas suas candidaturas não só não terem sido aprovadas inicialmente, mas tidas “**sem interesse cultural relevante**” e “**actividades isoladas**”, bem como considerada a atribuição destes subsídios regulares às instituições algo que “... **poderá revelar-se até pernicioso**...” .

Ao longo dos 25 anos da autonomia constitucional a política cultural tem contemplado o apoio em forma de subsídio, de montante definido, com valores considerados reduzidos mas aceitáveis (a maioria da despesa é suportada pelos participantes e organizadores) a cada tipo de dança ou bailinho, verbas essas que no seu todo, no ano passado, atingiram apenas 25.000 euros (5.000 contos), que tinha como principal objectivo, o reconhecimento do valor desta manifestação cultural tão genuína, com especificidades que a diferenciam das demais manifestações da cultura popular.

Num dia, o Governo Regional comunica que por falta de verbas não consegue disponibilizar os diminutos subsídios às danças do Carnaval e afirma que não são manifestações culturais “com relevante interesse regional”, que são “actividades isoladas” e que estes “subsídios são perniciosos”, para volvidos pouco dias, perante a reacção popular e institucional, o Governo vir agora afirmar que já existem verbas para o efeito e dizer exactamente o contrário, ou seja, “... reitera a alta consideração que tem pelas danças e bailinhos de Carnaval da ilha Terceira, uma das mais ricas tradições culturais açorianas...” .

Continuando a verificar-se uma inquietação e dúvida por parte dos promotores e participantes das danças e bailinhos de Carnaval face à falta de clareza e incoerência demonstradas pelos Governo Regional, os Deputados do PSD eleitos pelo Círculo Eleitoral da Ilha Terceira, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, formulam as seguintes questões:

1º No ofício datado de 3 de Junho, assinado pelo Director Regional da Cultura, refere-se ter havido uma significativa redução na dotação relativa às acções correspondentes a este programa de apoios, cifrada na ordem dos 60%. Quais as razões que contribuíram para esta situação?

2º Qual a sustentação real para se justificar a decisão inicial de não atribuição destes subsídios, já que correspondem, no seu todo, a uma verba com reduzido significado orçamental?

3º Que razões em concreto motivaram a Direcção Regional da Cultura a considerar que as danças e bailinhos de Carnaval da Ilha Terceira, sendo o que são em termos culturais, não tinham “relevante interesse regional” e constituíam “actividades isoladas”?

4º Que situações terão existido ou existem para que se possa “... revelar-se (...) perniciosa a atribuição de subsídios com carácter regular...” às danças e bailinhos de Carnaval da Ilha Terceira?

5º Variando de ano para ano muitos dos promotores, com enredos diferentes, participantes diferentes, etc., é “perniciosa” a colaboração subsidiária da DRC a estas iniciativas? Como é possível?

6º Sendo os sectores governamentais da Cultura e do Desporto responsabilidade da mesma Secretaria Regional, sob a tutela do mesmo Secretário Regional, porque existem perspectivas e orientações políticas desiguais subscritas pelo mesmo titular?

7º Como é possível, que até ao ano passado, as danças e bailinhos foram reconhecidas como tal, e este ano o Governo Regional as tenha considerado “sem interesse cultural relevante”, meras “actividades isoladas”?

8º Datado de 13 de Junho, em Nota Informativa, a DRC informa que “...está assegurada uma verba para a actividade proposta, a liquidar, como nos anos anteriores, através do Fundo Regional de Acção Cultural, que é o organismo vocacional para apoiar as manifestações culturais de carácter popular”. Se durante os anos anteriores foi o Fundo Regional da Acção Cultural a apoiar estas e outras realizações culturais, porque neste ano seria a dotação do Plano a Médio Prazo a assumi-lo?

9º Se há uma semana atrás não haveria disponibilidade financeira existindo, contudo, o Fundo Regional de Acção Cultural, porque não foi tomada de início a mesma decisão que agora se comunica?

10º Qual o montante global previsto para assegurar os subsídios que vão agora ser atribuídos e quais os valores para a dança de espada, de pandeiro, o bailinho e a comédia?

11º A Nota Informativa em causa refere que, “A Direcção Regional da Cultura reitera a alta consideração que tem pelas danças e bailinhos de Carnaval da Ilha Terceira, uma das mais ricas tradições culturais açorianas, e felicita o vosso grupo pela contribuição que dá para manter vivia e pujante esta manifestação genuinamente popular.”. Em espaço de uma semana as danças e bailinhos de Carnaval tiveram para a DRC uma dimensão totalmente diferente. Como? Porquê?

12º Qual é e será a orientação da política cultural regional, quanto à importância da cultura popular multissecular, expressa e assumida pelas danças e bailinhos de Carnaval da Ilha Terceira?

Angra do Heroísmo, 20 de Junho de 2003.

Os Deputados do PSD eleitos
pelo Círculo Eleitoral da Ilha Terceira

Clélio Meneses

Bento Barcelos

Raúl Rego